

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 13 a 17 de janeiro de 2025, em Brasília.

SUCESSÃO NO CONGRESSO, ALTERAÇÕES NAS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS, PLATAFORMAS DIGITAIS & EMENDAS PARLAMENTARES

Casas Legislativas convocam sessão para a eleição das Mesas Diretoras do Congresso Nacional. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados agendaram para 1º de fevereiro, sábado, sessões para a escolha do novo presidente e demais integrantes de suas respectivas Mesas Diretoras. No Senado, Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP) desponta como favorito, contando com o apoio de diversas bancadas, exceto MDB, PSDB e Novo, que ainda não oficializaram apoio. Além de Alcolumbre, três senadores mantêm suas candidaturas: Marcos do Val (PODE/ES), Eduardo Girão (NOVO/CE) e Marcos Pontes (PL/SP). Na Câmara, Hugo Motta (REP/PB) é o favorito para suceder Arthur Lira (PP/AL), com apoio de 15 partidos. Além de Motta, o deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ) segue no pleito, sendo o único adversário do paraibano até o momento, contando com o apoio apenas de sua legenda.

Início das atividades legislativas também marca a troca de lideranças nos partidos. A retomada dos trabalhos ocorrerá com mudanças significativas nas lideranças partidárias, que podem impactar a articulação do governo federal. Na Câmara, o PT terá Lindbergh Farias (RJ) como novo líder. No PL, Sóstenes Cavalcante (RJ) assumirá a liderança, devendo manter uma postura conservadora na bancada. Outras siglas também devem ter mudanças no comando: Republicanos, que tem como cotado Gilberto Abramo (MG); PSB, no qual deve assumir Pedro Campos (PE); e PSOL, ainda em definição. Já a oposição terá Zucco (PL/RS) como novo líder. No Senado, as mudanças serão mais pontuais: Omar Aziz (PSD/AM) liderará o PSD; Rogério Carvalho (PT/SE) assumirá a bancada petista; e Carlos Viana (MG), a bancada do Podemos. Deverão ser reconduzidas as lideranças de Carlos Portinho (PL/RJ), Tereza Cristina (PP/MS), Efraim Filho (UNIÃO/PB), Mecias de Jesus (REP/RR) e Jorge Kajuru (PSB/GO) em suas respectivas legendas.

Governo pressiona a Meta e busca avançar na agenda de regulação digital. Encerra hoje (13) o prazo concedido pela Advocacia-Geral da União (AGU) para que a Meta esclareça as mudanças na política de moderação de conteúdos, sob risco de medidas judiciais. O governo deve incluir a regulação das plataformas digitais nas prioridades para 2025, com a criação de grupo de trabalho que envolverá o Congresso e entidades da sociedade civil. O objetivo é buscar consenso sobre projetos em tramitação, como o PL das Fake News. No entanto, o Executivo deve enfrentar resistência, especialmente na Câmara, uma vez que não há acordo sobre a proposta.

Ainda hoje, Lula deve sancionar a nova lei da dívida dos estados. A expectativa é que o presidente sancione com vetos parciais o projeto de renegociação das dívidas estaduais. Embora tenha sido aprovado com o objetivo de atender governadores de estados endividados, o presidente deve vetar dispositivos que impactem o resultado fiscal da União, seguindo recomendação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O veto pode intensificar a insatisfação no Congresso, especialmente no Senado, onde o projeto foi liderado por Rodrigo Pacheco (PSD/MG).

Em outra frente, questões envolvendo as emendas parlamentares seguem no centro das discussões. Neste domingo (12), o ministro Flávio Dino, do STF, concedeu prazo de 30 dias para que a União e os Estados divulguem regras relativas à prestação de contas da aplicação de emendas parlamentares para instituições de ensino superior. A decisão está relacionada a possíveis repasses para ONGs sem critérios objetivos, situação que já havia sido alvo do ministro anteriormente. Desde agosto de 2024, o STF, o Congresso e o governo federal vivem em constantes embates em torno das emendas parlamentares: enquanto o Judiciário, provocado inicialmente pelo governo, tem exigido maior transparência, o Parlamento vê na movimentação uma articulação entre Planalto e STF para tolher suas prerrogativas.

Destaque da Semana

Segunda

- Sanção do PL 4932/2024, que dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se, nesta segunda (13), com Sidônio Palmeira e com o Secretário de Comunicação Institucional da Secretaria de Comunicação Social, Laércio Portela.

Além disso, participou por videoconferência da cerimônia alusiva aos 164 anos da CAIXA. Também se reuniu com os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e da Secretaria de Relações Institucionais substituto, Olavo Noletto, com o advogado-geral da União, Jorge Messias, o líder do Governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues, o líder do Governo na Câmara dos Deputados, deputado José Guimarães, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

Realizou a sanção do Projeto de Lei nº 4.932/2024, que dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica.

Por fim, reuniu-se com o ministro da Educação, Camilo Santana.

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – Geraldo Alckmin reuniu-se, nesta segunda (13), com Sérgio Gonçalves, vice-governador de Rondônia (RO).

Mais tarde, participou de reunião com o diretor-presidente da EMBRATUR, Marcelo Freixo.

Casa Civil

Agenda do ministro – Rui Costa participou, nesta segunda (13), de reunião com o presidente Lula e com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais substituto, Olavo Noletto, com o advogado-geral da União, Jorge Messias, o líder do Governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues, o líder do Governo na Câmara dos Deputados, deputado José Guimarães, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

GSI Gabinete de Segurança Institucional

Agenda do ministro substituto – Olavo Noletto participou, nesta segunda (13), de reunião com o presidente Lula e com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, com o advogado-geral da União, Jorge Messias, o líder do Governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues, o líder do Governo na Câmara dos Deputados, deputado José Guimarães, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

AGU Advocacia-Geral da União

Agenda do ministro – Jorge Messias participou, nesta segunda (13), de reunião com o presidente Lula e com os ministros da Secretaria de Relações Institucionais substituto, Olavo Noletto, e da Casa Civil, Rui Costa, com o líder do Governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues, o líder do

	<p>Governo na Câmara dos Deputados, deputado José Guimarães, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.</p>
MEC Ministério da Educação	<p>Agenda do ministro – Camilo Santana reuniu-se, nesta segunda (13), com o presidente Lula.</p>
MF Ministério da Fazenda	<p>Agenda do ministro – Fernando Haddad reuniu-se, nesta segunda (13), com o presidente Lula.</p> <p>Agenda internacional</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Barcelona (Espanha) - ICE Barcelona Semana Mundial do Jogo
BACEN Banco Central do Brasil	<p>Agenda do presidente substituto – Gabriel Galípolo participou, nesta segunda (13), por videoconferência, das Reuniões Bimestrais de Presidentes de Bancos Centrais, promovida pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), no Banco Central, em São Paulo.</p> <p>Agenda dos diretores – O diretor de Política Econômica, Diogo Guillen, participou, nesta segunda (13), da Live Papo Econômico, organizado pelo Bradesco Asset Management, em São Paulo, para tratar de conjuntura macroeconômica.</p> <p>Além disso, recebeu em audiência economistas da Absolute Investimentos; economistas da Legacy Capital e, mais tarde, economistas da G5 Administradora de Recursos.</p> <p>Paulo Picchetti, diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, participou da reunião do Bellagio Group, promovida pelo MIT, em Washington, DC. (EUA).</p> <p>Renato Gomes, diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução, participou de audiência com Fernando Marques de Marsillac Fontes, presidente, e Marcelo Maziero, presidente, do Conselho da Central de Recebíveis (Cerc), para tratar de assuntos de organização do sistema financeiro.</p> <p>Os demais diretores têm agenda de despachos internos, à exceção de Ailton De Aquino Santos, diretor de Fiscalização, que está em férias.</p> <p>Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2024 diminuiu para US\$ 73,95 bilhões de resultado positivo.</p> <p>Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano aumentou para 5,00%. No caso do PIB 2024, os economistas do mercado financeiro mantiveram a estimativa de crescimento em 2,02%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 15,00. A projeção para a taxa de câmbio do dólar também permaneceu em 6,00.</p>
CADE Conselho Administrativo de Defesa Econômica	<p>Agenda do presidente substituto – Gustavo Augusto Freitas de Lima participa, nesta semana, do evento Substance Over Slogans: Strengthening The Foundations of Antitrust.</p>

Política

Eleição para nova Mesa Diretora da Câmara será realizada no dia 1º de fevereiro. A eleição para a presidência da Câmara dos Deputados e para os demais cargos da Mesa Diretora foi marcada para o dia 1º de fevereiro, sábado. O mandato é de dois anos e, para ser eleito, o candidato precisa de maioria absoluta dos votos em primeira votação (257) ou ser o mais votado no segundo turno. O início da primeira sessão preparatória, na qual será eleito o presidente, está marcado para as 16 horas, no Plenário Ulysses Guimarães. O cronograma para formalização dos blocos parlamentares, para a escolha dos cargos da Mesa e o registro das candidaturas será divulgado na semana. [Fonte:](#) Agência Câmara

Emendas avançam sobre Orçamento e consomem até 74% da verba dos ministérios. O aumento expressivo da verba destinada às emendas parlamentares levou deputados e senadores a indicarem até três quartos do orçamento de determinados ministérios do governo Lula (PT) em 2024. A maior proporção (74%) é a registrada no Ministério do Esporte, comandado por André Fufuca (PP-MA). A pasta teve R\$ 1,3 bilhão direcionado pelo Congresso. O levantamento considera recursos discricionários (verbas para custeio e investimentos) que foram empenhados no mesmo ano. O empenho é a etapa que antecede o pagamento. O Ministério do Turismo, chefiado por Celso Sabino (União-PA), outro nome indicado pelo centrão, vem em segundo lugar, com 69%. Os dados mostram que, além de ter restringido a autonomia do governo, o controle do Congresso sobre orçamento tornou órgãos federais dependentes das indicações políticas. De todo o recurso federal discricionário, que somou R\$ 230,1 bilhões em empenhos em 2024, cerca de 19,5% foram direcionados por emendas parlamentares, um percentual inédito. As indicações parlamentares explodiram principalmente a partir de 2020. Em 2019, antes da escalada do modelo, sob o governo Jair Bolsonaro (PL), as indicações de deputados e senadores alcançavam menos de 8% do valor discricionário empenhado. Essas indicações ocuparam cerca de 13,8% do recorte do Orçamento em 2022. No ano seguinte, o percentual foi a cerca de 16,6%. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

Bolsonaro e Lula empatam quando Marçal é testado para 2026. Levantamento da Paraná Pesquisas divulgado na 2ª feira (13.jan.2025) indica que, se a eleição presidencial fosse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-chefe do Executivo Jair Bolsonaro (PL), que no momento está inelegível, estariam empatados. O petista aparece com 34% ante 33,9% do ex-chefe do Executivo. O cenário inclui o nome de Pablo Marçal (PRTB), que anunciou sua intenção de concorrer à Presidência em 2026. O ex-coach recebe parte dos votos da direita (6,1%). Quando o nome de Marçal não é considerado, Bolsonaro está à frente de Lula numericamente (37,3% contra 34,4%). Os 2, no entanto, estão empatados na margem de erro (de 2,2 pontos percentuais). As percentagens são semelhantes às do levantamento anterior do Paraná Pesquisas, de novembro de 2024. Na época, Bolsonaro aparecia com 37,6% contra 33,6% do petista. [Fonte:](#) Poder 360

Economia

Economia em desaceleração e sem margem para gastos: entenda a encruzilhada do governo Lula até 2026. O governo Luiz Inácio Lula da Silva deve enfrentar uma encruzilhada na próxima disputa presidencial. Com o cenário de juros em alta e a desconfiança elevada quanto ao rumo das contas públicas, o consenso entre os analistas é de que a economia brasileira caminha para desacelerar a partir da metade de 2025 e colher um ritmo fraco de crescimento em 2026, ano da próxima eleição presidencial. A dúvida que paira entre os especialistas é se o governo vai aceitar a desaceleração prevista sem a adoção de novas medidas fiscais para tentar estimular a economia numa eleição que tende a ser difícil para o governo, dada a polarização do País. O caminho a ser seguido, no entanto, não é trivial. Isso porque não há mais margem de manobra para ampliar os gastos sem contratar uma nova rodada de piora dos ativos brasileiros. “O cenário vai se desenrolar entre dois extremos. Um deles é o governo colocar a mão na cabeça e pensar que tudo o que foi feito até agora chegou a levar o câmbio para o patamar de R\$ 6,15 e R\$ 6,20, o que vai dar uma inflação alta em 2025 e 2026. Isso também vai custar a popularidade e, portanto, algo seria feito para acalmar o mercado”, diz Luciano Sobral, economista-chefe da Neo Investimentos. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

Governo vai adotar novas medidas fiscais em 2025 para manter arcabouço, afirma secretário. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, sinaliza que o governo deve adotar novas medidas fiscais em 2025 — que podem diminuir as frustrações dos investidores com o pacote considerado tímido de ajuste de gastos. No ano passado, a desconfiança com o governo fez o dólar disparar e ficar acima do patamar de R\$ 6, o maior da História. A cotação da moeda americana se mantém no nível em 2025. Mas, de acordo com o número 2 de Fernando Haddad, as novas propostas de corte de despesas e arrecadação devem começar a ser debatidas após a aprovação pelo Congresso do Orçamento de 2025. Segundo ele, a equipe econômica deve voltar a insistir em impor limites aos “supersalários”, pagamentos que extrapolam o limite estabelecido pela Constituição, porque a revisão de gastos deve atingir “o andar de cima”. Durigan ainda rechaça o impacto de políticas fiscais na inflação do ano passado. [Fonte:](#) Valor Econômico

Lula destaca apoio da Caixa à implementação de políticas públicas. Ao participar, na segunda-feira (13), da comemoração dos 164 anos de história da Caixa Econômica Federal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enumerou uma série de contribuições do banco para a implementação de políticas públicas no país, o que garantiu, às camadas mais vulneráveis da população, acesso a direitos básicos, “na construção de um Brasil mais desenvolvido, justo, inclusivo e feliz”. Lula participou do evento por meio de videoconferência. “Há 164 anos, a Caixa trabalha pelo povo brasileiro. Foi assim mesmo nos períodos mais sombrios da nossa história, a exemplo da escravidão”, disse o presidente, em meio à citação de casos de escravizados que teriam conseguido pagar pela liberdade após o banco autorizar a abertura de contas de poupança, onde suas economias eram guardadas. “Um século e meio depois, temos a felicidade de milhões de brasileiros e brasileiras que podem contar com a Caixa nos momentos mais importantes de sua vida”, acrescentou o presidente, ao citar uma série de políticas públicas, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Pé-de-Meia e outros programas voltados a financiamento estudantil, à infraestrutura, ao empreendedorismo ou à produção de alimentos, viabilizados com a ajuda do banco. [Fonte:](#) Agência Brasil

Investimentos no setor financeiro e de exportação enfrentam menor pressão com aumento da Selic. A decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) de elevar a Selic de 11,25% para 12,25% em dezembro deve impactar investimentos de renda variável com mais dependência de crédito para sustentar o fluxo de caixa. Setores com baixo endividamento e caixa previsível tendem a enfrentar menos pressão em um cenário de altas de juros. Por outro lado, setores como varejo e construção civil podem ser afetados no curto prazo, devido à redução na oferta de crédito e no consumo. Segundo especialistas, a elevação da taxa básica de juros indica a preocupação do BC com a inflação, possibilitando no médio prazo o aumento do poder de compra e favorecendo investimentos em renda variável. Para proteger o patrimônio, a recomendação é diversificar os investimentos. Além disso, é fundamental acompanhar as condições econômicas para adaptar a estratégia de investimento sempre que necessário. Para Matheus Amaral, especialista em renda variável no Inter, companhias onde o mercado espera fluxos de caixa maiores no longo prazo, ou seja, empresas emergentes, podem sofrer maior impacto com o aumento dos juros, que afeta a taxa de desconto, que é o valor que investidor exige para compensar o risco de investir em um ativo ou projeto, como em alguns casos no setor de saúde e de tecnologia. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

Judiciário

União terá que enfrentar R\$ 698,7 bi em disputas tributárias no Supremo. A União saiu vitoriosa na maioria dos julgamentos tributários realizados nos tribunais superiores em 2024. Venceu 18 de um total de 23 casos relevantes e evitou perdas bilionárias aos cofres públicos - em apenas três casos, o impacto somado era de R\$ 86,1 bilhões. Ainda há, contudo, só no Supremo Tribunal Federal (STF), outros 27 processos que devem ser discutidos, o que deixa a Fazenda Nacional exposta a um risco fiscal de pelo menos R\$ 698,7 bilhões. Dois dos 27 casos são teses filhotes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, a chamada “tese do século”, julgada em 2017 pelo STF. Derivam do tema a exclusão do ISS do PIS/Cofins, discussão reiniciada no plenário físico, mas que há maioria favorável aos contribuintes se considerados os votos da sessão virtual (Tema 118). É um dos principais temas acompanhados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Também pode ser julgada a exclusão do PIS e da Cofins das suas próprias bases de cálculo (Tema 1067). Ambos têm impacto de R\$ 101,1 bilhões. O julgamento de maior valor, porém, é o

que pode custar R\$ 325 bilhões aos cofres da União. Trata da necessidade de lei complementar para a cobrança de PIS e Cofins sobre importação. A exigência é feita por lei ordinária, a [nº 10.865/2004](#), que teve quórum simples de aprovação no Congresso (Tema 79). [Fonte:](#) Valor Econômico

Último Foco

Fim da checagem pode custar caro para a Meta, alertam agências de publicidade. A mudança de Mark Zuckerberg na moderação de conteúdo da Meta motivada pela "liberdade de expressão" gerou preocupações entre os anunciantes, que temem o aumento de posts nocivos e desinformação nas plataformas da big tech. Vários chefes de publicidade disseram ao Financial Times que a decisão da dona do Facebook, do WhatsApp e do Instagram de encerrar seu programa de checagem de fatos e enfraquecer as políticas de discurso de ódio pode custar caro. O marketing representa a maior parte dos US\$ 135 bilhões (R\$ 823,92 bilhões) em vendas anuais da companhia, e as marcas têm receio que seus anúncios possam ser exibidos ao lado de conteúdo tóxico. "Algumas marcas já estarão avaliando seus planos cuidadosamente e, sem dúvida, isso se tornará um dilema comercial para ambos os lados", comentou Fergus McCallum, chefe da agência de publicidade TBWAMCR. [Fonte:](#) O Globo

Bets pressionam, mas Fazenda não quer reabrir prazo para empresas funcionarem antes de regularizadas. A decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que proibiu a atuação nacional das empresas de apostas esportivas - conhecidas como bets - autorizadas pela Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) fez essas companhias aumentarem a pressão sobre o governo federal. Elas querem que seja reaberto o prazo para que possam funcionar enquanto os pedidos de registro são analisados, mas o Ministério da Fazenda tem rejeitado a ideia. Em 2024, o governo abriu prazo para as bets solicitarem licenças para operar no Brasil. As empresas que se inscreveram puderam funcionar enquanto os pedidos eram avaliados. A partir do começo de 2025, passaram a poder operar só as empresas com licenciamento aprovado. Técnicos do Ministério da Fazenda fizeram uma espécie de força-tarefa para concluir as análises de pedidos de licença nos últimos dias de dezembro para terminar antes do fim do ano. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

Biden aumenta controle sobre chips para restringir acesso global da China à inteligência artificial. O governo Biden, em seus últimos dias, revelou um novo conjunto de restrições à exportação de tecnologia com o objetivo de impedir que a China acesse chips avançados e certas ferramentas de inteligência artificial por meio de terceiros países. As regras, que serão aplicadas após um período de 120 dias para comentários, a menos que o governo Trump as modifique ou revogue, classificam os destinos de exportação em três categorias: aliados e parceiros; adversários; e, a maior categoria, outros. O objetivo é restringir países na segunda categoria, que inclui China, Rússia, Coreia do Norte e Irã, de acessar chips de IA em data centers fora dos EUA, em lugares como Sudeste Asiático e Oriente Médio. Publicada uma semana antes da saída do presidente Joe Biden, a "estrutura regulatória para a difusão responsável de tecnologia avançada de inteligência artificial" encerra a batalha de quatro anos do governo para desacelerar o progresso da China em tecnologias de ponta. [Fonte:](#) Valor Econômico

Preços de eletrônicos podem disparar nos EUA com novas tarifas. A CTA (Associação de Tecnologia de Consumo) divulgou durante a feira CES em Las Vegas entre 7 e 13 de janeiro o impacto das propostas tarifárias sugeridas por Donald Trump nos preços dos eletrônicos de consumo. O relatório apresenta 2 cenários principais: um cenário 10%/70%, baseado em entrevistas onde Trump propôs tarifas adicionais de 70% sobre produtos chineses; e um cenário mais severo, 20%/120%, sugerindo tarifas de 120% sobre produtos chineses e 20% sobre importações do resto do mundo. A análise, que ainda não se baseia em propostas formais, examina declarações de campanha e entrevistas do presidente eleito dos EUA. De acordo com a CTA, essas tarifas poderiam levar a aumentos significativos nos preços de eletrônicos populares nos EUA, como laptops, tablets e smartphones, que poderiam ver um acréscimo de até US\$ 540 no preço, dependendo do cenário. [Fonte:](#) Poder 360

Lula se reúne com novo ministro da Secom e sanciona proibição de celulares nas escolas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu na segunda-feira (13) com o novo ministro da Secretaria Especial de

Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira. Ele toma posse, na terça-feira (14), no lugar do deputado federal licenciado Paulo Pimenta (PT-RS). O encontro, que começou por volta das 9h20, terminou por volta das 10h30. À tarde, às 15h30, Lula sanciona o projeto de lei que limita o uso de telefones celulares e outros aparelhos eletrônicos por alunos em escolas públicas e privadas da educação básica. A agenda de Lula prevê ainda a participação, por videoconferência de uma cerimônia em comemoração aos 164 anos da Caixa, ainda na manhã. Às 11 horas, Lula se reúne com o ministro da Casa Civil, Rui Costa; o ministro substituto de Relações Institucionais, Olavo Noletto; o advogado-geral da União, Jorge Messias; o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan; e os líderes do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) e na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE). O tema é o projeto de lei do Propag, que busca reestruturar a dívida dos Estados com a União, ampliando prazos e reduzindo juros. [Fonte:](#) Valor Econômico

RNP supera 100 mil chips para estudantes e projeta 165 mil em 2025. Em balanço da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o Programa Internet Brasil distribuiu 159 mil chips para alunos de escolas públicas inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). A iniciativa, que beneficiou 1.077 escolas em 317 municípios de oito estados brasileiros, mantém atualmente 102.731 chips em funcionamento. A Bahia lidera o ranking de distribuição com 38 mil chips, seguida pelo Maranhão com 32.500 e o Pará com 27 mil unidades. Pernambuco (20.300), Rio Grande do Norte (18.500), Paraíba (12.500), Minas Gerais (6.568) e Amapá (4.000) completam a lista de estados contemplados. “Saímos de 10 mil para praticamente 100 mil chips ativos. Isso possibilitou validar todos os processos de gestão e tecnologia implementados e identificar vários pontos de melhoria”, destaca Hélder Vitorino, gerente de Soluções da RNP. Segundo ele, o sucesso da expansão deve-se às melhorias tecnológicas implementadas, incluindo novos módulos de gestão e painéis de Business Intelligence (BI) para monitoramento em tempo real das entregas. [Fonte:](#) Convergência Digital